Hub Pagamentos S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatorio da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório da Administração

A Hub Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Hub") apresenta as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 02 de julho de 2021 foi assinado o termo de fechamento da aquisição da Hub Prepaid Participações S.A. e suas controladas pela Magalu Pagamentos, subsidiária integral da Magazine Luiza S.A.

Com a Hub Pagamentos, a Magalu incorpora uma das maiores plataformas de Banking as a Service (BaaS) do país para o segmento B2B2C e líder no processamento de cartões pré-pagos.

Ao passar a integrar o Ecossistema Magalu, tivemos a oportunidade de crescer de forma exponencial a conta digital para o público PJ e PF. Além disso, concluímos importantes melhorias de experiência na usabilidade dos nossos produtos, inserimos novas funcionalidades de seguranças e integramos soluções digitais para conta de domicílio para recebíveis PJ e carteira digital para PF do nosso Controlador, o Magalu Pay.

Em Governança, a Hub reforçou os seus times para monitoramento transacional, gestão de cadastro e prevenção à fraude. Os monitoramentos para gestão cadastral foram ampliados, com extensões de validações com *bureaus*, novas integrações das transações na plataforma de prevenção à fraude e automatização de processos de auditoria e autorização de serviços.

As entregas concluídas no período são bases para ampliação da rentabilidade das nossas operações e nos permitirão ampliar a adoção dos serviços da Hub para os clientes PF e PJ do nosso Controlador, reforçando também o nosso posicionamento para ampliar ofertas para o mercado.

Continuamos otimistas com as perspectivas futuras e, com nossas bases sólidas em tecnologia e nossos diferenciais de produtos, vamos continuar expandindo nossos negócios. Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas por toda a colaboração e desempenho neste período.

Barueri, 28 de março de 2022.



KPMG Auditores Independentes
Rua Verbo Divino, 1400 Conjuntos 101, 201, 301 e 401
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da Hub Pagamentos S.A.

Barueri - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hub Pagamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hub Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/0-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/0-0

HUB PAGAMENTOS S.A. C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	47.547	8.046	Depósitos	13	200.932	115.624
Títulos e valores mobiliários	6	336.357	170.516	Contas a pagar	14	262.737	330.032
Contas a receber	7	36.415	164.098	Impostos e contribuições a recolher		1.484	1.399
Estoques	8	4.460	4.490	Obrigações sociais e trabalhistas	15	4.346	4.088
Impostos a compensar ou a re	ecuperar	4.243	4.317	Outras obrigações	16	16.518	16.603
Despesas antecipadas		4.244	5.170	Provisões judiciais	17	2.770	2.165
Outros créditos	9	2.985	37.995	Total do passivo		488.787	469.911
Ativo fiscal diferido	10	26.399	26.546				
Imobilizado de uso	11	41.567	40.130	Patrimônio líquido			
Intangível	12	55.587	45.738	Capital social	18	143.497	90.767
Depreciação e amortização		(27.791)	(20.649)	Capital social em aprovação	18	24.000	8.930
				Prejuízos acumulados		(124.271)	(83.211)
				Total do patrimônio líquido		43.226	16.486
Total do ativo		532.013	486.397	Total do passivo e patrimônio líquido		532.013	486.397

HUB PAGAMENTOS S.A. C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

		31/12/2021		31/12/2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação	Nota			
Receita operacional líquida	19	46.777	89.621	138.465
Despesas operacionais				
Pessoal	20	(14.602)	(33.420)	(22.815)
Gerais e administrativas	21	(35.939)	(74.089)	(102.888)
Comerciais	22	(12.884)	(18.999)	(17.359)
Outras receitas/despesas operacionais	23	(1.911)	(13.902)	(11.765)
Resultado operacional		(18.559)	(50.789)	(16.362)
Resultado financeiro	24	8.418	9.876	3.420
Resultado antes dos impostos e contribuições		(10.141)	(40.913)	(12.942)
Imposto de renda e contribuição social	10	(61)	(147)	(888)
Resultado do período		(10.202)	(41.060)	(13.830)
Quantidade de ações		80.085.880	80.085.880	50.657.134
Resultado líquido por ação		(0,13)	(0,51)	(0,27)

HUB PAGAMENTOS S.A. C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2	31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Em milhares de reais			
Resultado do período	(10.202)	(41.060)	(13.830)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	(10.202)	(41.060)	(13.830)

HUB PAGAMENTOS S.A. C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social em aprovação	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	90.767	-	-	(69.381)	21.386
Capital social em aprovação pelo BACEN	_	8.930	-	-	8.930
Resultado do exercício	-	-	-	(13.830)	(13.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	90.767	8.930	-	(83.211)	16.486
Aumento do capital social	52.730	(8.930)	-	-	43.800
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	24.000	-	-	24.000
Resultado do exercício	-	-	-	(41.060)	(41.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.497	24.000		(124.271)	43.226
Saldos em 30 de junho de 2021	109.697	33.800	(33.800)	(114.069)	(4.372)
Aumento do capital social	33.800	(33.800)	33.800	-	33.800
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	24.000	-	-	24.000
Resultado do 2º semestre	-	-	-	(10.202)	(10.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.497	24.000	-	(124.271)	43.226

HUB PAGAMENTOS S.A. C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2021		31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Em milhares de reais				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	(10.202)	(41.060)	(13.830)	
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	,	,	,	
Depreciação e amortização	5.314	9.651	5.551	
Imposto de renda e contribuição social	61	147	888	
Constituição/reversão de provisões judiciais	96	605	262	
Baixa de ativo intangível	237	5.238	-	
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	(171.021)	(165.841)	182.217	
Contas a receber	22.550	127.683	(57.413)	
Estoques	757	30	(2.158)	
Impostos a compensar ou a recuperar	199	74	(608)	
Despesas antecipadas	743	926	6.249	
Outros créditos	303	35.010	(29.775)	
Depósitos	71.949	85.308	2.949	
Contas a pagar	39.424	(67.295)	(78.850)	
Impostos e contribuições a recolher	511	85	(571)	
Obrigações sociais e trabalhistas	(747)	258	1.686	
Outras obrigações	(8.047)	(85)	(7.050)	
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(47.873)	(9.266)	9.547	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição / Baixa de imobilizado	(795)	(1.513)	(357)	
Aquisição / Baixa de intangível	(7.719)	(17.520)	(19.380)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(8.514)	(19.033)	(19.737)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento do capital social	57.800	67.800	8.930	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	57.800	67.800	8.930	
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	1.413	39.501	(1.260)	
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	46.134	8.046	9.306	
No fim do período	47.547	47.547	8.046	
Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa	1.413	39.501	(1.260)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Hub Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Hub") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Arapoema, 529, Tamboré - Barueri, São Paulo. A Companhia é controlada pela Holding Hub Prepaid Participações S.A., foi constituída em junho de 2011, dando início às suas operações em setembro de 2012 e tem por objeto a emissão, administração, processamento de cartões de pagamento pré-pagos e contas digitais, provendo soluções rápidas, seguras e personalizadas, com tecnologia própria e verticalizada.

Em 2 de julho de 2020, conforme publicação no Diário Oficial, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou a Hub Pagamentos a funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e credenciador. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às Instituições de Pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 2 de julho de 2021 foi assinado o termo de fechamento da aquisição da Hub Prepaid Participações S.A. e suas controladas pela Magalu Pagamentos, subsidiária integral da Magazine Luiza S.A., sendo que a operação foi aprovada em 17 de março de 2021 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e em 23 de junho de 2021 pelo BACEN.

O plano de negócios da Hub prevê que o crescimento no volume transacionado pelos clientes já existentes no portfólio e a entrada de novos clientes e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros futuros. Desta maneira, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, utilizando a convenção do custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes

estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2022.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de bancos e reservas livres e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 está classificada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no curto prazo.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

- Nível 1 Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- Nível 3 Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve perda por *impairment*.

f. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é diferido ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes à emissão de cartões, as quais são diferidas utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil dos cartões.

g. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

h. Intangível

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos pela Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento ocorrido gera uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Tais provisões decorrem de processos judiciais e são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a sua probabilidade de perda como:

- Provável: são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de provisões judiciais;
- Possível: são divulgadas nas demonstrações contábeis, quando relevantes, não tendo a necessidade de registro de provisão; e
- Remoto: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

k. Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre Serviços (ISS)	2,00%

As receitas de serviços são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado, tanto o imposto de renda quanto a contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados por utilização ou na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

I. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 — Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

4. Reapresentação

Em virtude da autorização de funcionamento pelo BACEN, a Companhia adequou a estrutura do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado apresentados em 31 de dezembro de 2020, para melhor comparabilidade, conforme demonstrativo abaixo:

Balanço patrimonial

	Originalmente		
	apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Contas a pagar	322.832	7.200	330.032
Outras obrigações	23.803	(7.200)	16.603

Demonstração do resultado

	Originalmente		
_	apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(77.864)	77.864	-
Despesas gerais e administrativas	(25.024)	(77.864)	(102.888)

5. Disponibilidades

Referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo.

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	15.930	7.719
Depósito de moeda eletrônica	26.000	-
Outras reservas livres	5.617	327
Total	47.547	8.046

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria	10.715	5.750
Vinculados a saldos em conta pré-paga	198.524	119.014
Vinculados a prestação de garantias (1)	127.118	45.752
Total	336.357	170.516

⁽¹⁾ Garantias prestadas no arranjo de pagamento

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria para negociação, conforme a seguir:

		31/12/2020			
	Custo amortizado	Valor de mercado	Vencimento até 365 dias	Vencimento após 365 dias	Valor de mercado
Carteira própria					
Títulos privados	10.676	10.715	6.675	4.040	5.750
Certificados de depósito bancário	10.676	10.715	6.675	4.040	5.750
Vinculados a saldos em conta pré-paga					
Títulos públicos	198.576	198.524	185.198	13.326	119.014
Letras financeiras do tesouro	188.431	188.379	175.053	13.326	119.014
Letras do tesouro nacional	10.145	10.145	10.145	-	-
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos públicos	127.153	127.118	96.818	30.300	45.752
Letras financeiras do tesouro	127.153	127.118	96.818	30.300	45.752
Total	336.405	336.357	288.691	47.666	170.516

7. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Terceiros	32.900	16.317
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	3.515	147.781
Total	36.415	164.098
Circulante	36.415	164.098

Os saldos referem-se aos serviços prestados, bem como cargas nas contas de pagamento.

8. Estoques

Os saldos dos estoques com prazo médio de utilização inferior a 12 meses, no montante de R\$ 4.460 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 4.490), referem-se aos insumos disponíveis para a produção dos cartões pré-pagos.

9. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos para saques – Rede 24 horas	-	24.234
Depósito para aumento do capital social - BACEN	-	8.930
Incentivos contratuais	-	1.700
Adiantamentos a fornecedores	885	871
Depósitos judiciais (nota explicativa 17c)	398	407
Garantias ⁽¹⁾	1.021	981
Outros	681	872
Total	2.985	37.995
Circulante	2.587	37.588
Não circulante	398	407

⁽¹⁾ Garantias prestadas no arranjo de pagamento e concorrência pública

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(40.914)	(12.942)
Adições/exclusões permanentes e temporárias	14.328	3.567
Base de cálculo	(26.586)	(9.375)
Saldo imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da contribuição social	(40.914)	(12.942)
Adições/exclusões permanentes e temporárias	9.896	3.567
Base de cálculo da CSLL	(31.018)	(9.375)
Saldo contribuição social corrente		

b. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões	1.128	1.290
Outras provisões	918	1.189
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	75.599	75.599
Base de cálculo	77.645	78.078
Alíquota de IR/CS	34%	34%
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	26.399	26.546

A Companhia registrou o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias dedutíveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido será realizado na medida em que os prejuízos fiscais/base negativa forem compensados e as diferenças temporárias forem realizadas.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$ 15.707 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 4.931) de crédito tributário não ativado, conforme Resolução n° 4.842, de 30/07/2020 do CMN.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 20.342 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 20.247).

C. Movimentação do crédito tributário

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	26.546	27.434
Constituição/reversão sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	(257)
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(147)	(631)
Saldo final	26.399	26.546

d. Realização futura do crédito tributário

Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2022	11.783	4.242	16.025
2023	7.628	2.746	10.374
Total	19.411	6.988	26.399

11. Imobilizado de uso

a) Composição

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor líquido 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
Bens do imobilizado					
Terrenos	-	16.600	-	16.600	16.600
Edificações	-	6.234	(475)	5.759	5.471
Benfeitorias em bens de terceiros	(i)	4.411	(4.407)	4	22
Máquinas e equipamentos	10%	6.285	(5.330)	955	1.577
Equipamentos de informática	20%	6.213	(4.102)	2.111	1.541
Móveis e utensílios	10%	1.542	(1.116)	426	591
Instalações	10%	282	(248)	34	62
Total		41.567	(15.678)	25.889	25.864

⁽i) As benfeitorias em bens de terceiros são depreciadas de acordo com o prazo de vigência do contrato de locação.

b) Movimentação

	31/12/2020	31/12/2021		
	Saldo	Adições/		
	inicial	Baixas	Depreciação	Saldo final
Bens do imobilizado				
Terrenos	16.600	-	-	16.600
Edificações	5.471	395	(107)	5.759
Benfeitorias em bens de terceiros	22	-	(18)	4
Máquinas e equipamentos	1.577	10	(632)	955
Equipamentos de informática	1.541	1.113	(543)	2.111
Móveis e utensílios	591	(5)	(160)	426
Instalações	62	<u>-</u>	(28)	34
Total	25.864	1.513	(1.488)	25.889

c) Movimentação do exercício 2020

	31/12/2019		31/12/2020	
	Saldo	Adições/		
	inicial	baixas	Depreciação	Saldo final
Bens do imobilizado				
Terrenos	16.600	-	-	16.600
Edificações	5.539	41	(109)	5.471
Benfeitorias em bens de terceiros	40	-	(18)	22
Máquinas e equipamentos	2.121	81	(625)	1.577
Equipamentos de informática	1.482	699	(640)	1.541
Móveis e utensílios	753	(1)	(161)	591
Instalações	90	-	(28)	62
Direito de uso de imóvel	595_	(463)	(132)	
Total	27.220	357	(1.713)	25.864

12. Intangível

a) Composição

O Intangível é composto principalmente por softwares adquiridos e plataformas desenvolvidas internamente, amortizáveis no prazo de até 5 anos.

	Custo	Amortização	Valor líquido 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
Softwares	54.595	(11.426)	43.169	39.050
Outros	992	(687)	305	305
Total	55.587	(12.113)	43.474	39.355

b) Movimentação

	31/12/2020	31/12/2021		
	Saldo inicial	Adições/ baixas	Amortização	Saldo final
Softwares	39.050	12.282	(8.163)	43.169
Outros	305	-	-	305
Total	39.355	12.282	(8.163)	43.474

c) Movimentação do exercício 2020

	31/12/2019	31/12/2020		
	Saldo inicial	Adições/ baixas	Amortização	Saldo final
Softwares	23.426	19.380	(3.756)	39.050
Outros	387	-	(82)	305
Total	23.813	19.380	(3.838)	39.355

13. Depósitos

O montante de R\$ 200.932 em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 115.624) corresponde a depósitos efetuados pelos clientes na conta de pagamento prépaga HUB. Estes valores são mantidos em Conta Corrente Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) e títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), em conformidade com a Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

14. Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a liquidar – arranjos de pagamento (1)	238.470	229.744
Fornecedores	5.343	14.130
Valores a repassar - Bandeiras	7.200	7.200
Repasses contratuais de clientes	11.372	1.732
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	-	77.107
Outros	352	119
Total	262.737	330.032
Circulante	262.737	330.032

⁽¹⁾ Valores transacionados pelos clientes nos estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias e encargos sociais	2.718	2.653
Salários a pagar	931	792
Encargos sociais a recolher	697	643
Total	4.346	4.088
Circulante	4.346	4.088

16. Outras obrigações

_	31/12/2021	31/12/2020
Transitória de pagamentos a efetuar (1)	8.472	9.243
Adiantamentos de clientes	5.926	6.177
Outros	2.120	1.183
Total	16.518	16.603
Circulante	16.518	16.603

O saldo refere-se às transações dos clientes que foram autorizadas pelo emissor HUB e ainda não processadas pelas Bandeiras de cartões, o que ocorre normalmente em até sete dias úteis.

17. Provisões judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para processos trabalhistas e cíveis classificados como perda provável, conforme abaixo.

a. Saldos

	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	555	214
Trabalhistas	2.215	1.951
Total	2.770	2.165
Não Circulante	2.770	2.165

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía ações trabalhistas (R\$ 711) e ações cíveis (R\$ 240) classificadas com risco de perda possível por seus assessores jurídicos.

b. Movimentação

	31/12/2020	Adições/	^+	31/12/2021
	31/12/2020	Reversões	Atualizações	31/12/2021
Cíveis	214	313	28	555
Trabalhistas	1.951	157	107	2.215
Total	2.165	470	135	2.770

	Adições/		
31/12/2019	Reversões	Atualizações	31/12/2020
220	(10)	4	214
1.683	3	265	1.951
1.903	(7)	269	2.165
	220 1.683	31/12/2019 Reversões 220 (10) 1.683 3	220 (10) 4 1.683 3 265

C. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros Créditos. O total de depósitos judiciais é de R\$ 398 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 407), sendo R\$ 300 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 309) relacionados a causas trabalhistas e R\$ 98 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 98) relacionados a causas cíveis, conforme nota explicativa 9.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 143.497 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 90.767) representado por 80.085.880 (31 de dezembro de 2020 – 50.657.134) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2020 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 8.930, o qual foi aprovado pelo BACEN em 1º de fevereiro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 10.000, o qual foi aprovado pelo BACEN em 29 de abril de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 33.800, o qual foi aprovado pelo BACEN em 24 de setembro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 24.000, o qual foi submetido à aprovação do BACEN.

19. Receita operacional

	31/12/2	31/12/2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receita Operacional		_	
Bruta			
Intercâmbio	28.352	53.075	84.365
Tarifas de Serviços	24.446	48.132	72.374
Total	52.798	101.207	156.739
Deduções sobre Serviços	(6.021)	(11.586)	(18.274)
Total	46.777	89.621	138.465

20. Despesas de pessoal

	31/12/2021		31/12/2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(9.832)	(23.415)	(15.077)
Benefícios	(1.259)	(2.511)	(2.382)
Encargos sociais	(3.122)	(6.796)	(4.766)
Outras	(389)	(698)	(590)
Total	(14.602)	(33.420)	(22.815)

21. Despesas gerais e administrativas

_	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Custos com Bandeiras	(8.093)	(17.853)	(27.287)
Serviços de terceiros	(6.882)	(13.322)	(10.026)
Serviços de impressão	(2.428)	(8.076)	(13.116)
Depreciação e amortização	(5.247)	(8.951)	(4.619)
Taxas sobre transações	(4.921)	(8.617)	(21.130)
Serviços telecomunicação e internet	(1.422)	(3.010)	(2.833)
Manutenção e conservação	(1.890)	(3.408)	(1.856)
Serviços de postagem	(1.948)	(3.428)	(13.663)
Locação de data center	(1.105)	(2.563)	(3.010)
Outras	(2.003)	(4.861)	(5.348)
Total	(35.939)	(74.089)	(102.888)

22. Despesas comerciais

	31/12/2	31/12/2021	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rebates e repasses	(12.884)	(18.999)	(17.359)
Total	(12.884)	(18.999)	(17.359)

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2021		31/12/2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Impostos e taxas	(669)	(996)	(3.667)
Baixa de software obsoleto	(229)	(5.230)	-
Outras receitas (despesas)	(1.013)	(7.676)	(8.098)
Total	(1.911)	(13.902)	(11.765)

24. Resultado financeiro

	31/12/2021		31/12/2020
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendimento com títulos de renda fixa	8.495	9.766	7.832
Prejuízo na Venda de Títulos	-	(1.330)	(2.814)
MTM – marcação a mercado	81	1.732	(1.781)
Outros	(158)	(292)	183
Total	8.418	9.876	3.420

25. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definição contida no CPC 05 (R1).

a. As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se à prestação de serviços de emissão e administração de contas pré-pagas, no curso normal de suas atividades e em condições de mercado.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	3.515	147.781
Magalu Pagamentos	3.182	-
Magazine Luiza	333	-
Social Bank ⁽¹⁾	-	82.828
Hub Prepaid Participações ⁽²⁾	-	56.389
Paypaxx Administradora de Cartões	-	8.564
Passivo		
Contas a pagar	-	77.107
Social Bank	-	77.107

	31/12/	31/12/2020	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado			
Receita Operacional Bruta	527	2.975	5.848
Social Bank	-	2.448	4.549
Vale Presente	-	-	1.299
Magazine Luiza	527	527	-
Despesas Comerciais			
Repasses Contratuais	-	2.717	7.335
Social Bank	-	2.717	3.663
Vale Presente	-	-	3.672

⁽¹⁾ Com a alteração do acionista controlador, o Social Bank deixou de ser parte relacionada no segundo semestre de 2021 e os saldos das transações foram reclassificados para o contas a receber de terceiros.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral é fixado o montante global da remuneração dos Diretores. Para o exercício de 2021 o valor da remuneração foi de R\$ 7.957 (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.311).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

⁽²⁾ O saldo com a Hub Prepaid Participações foi integralmente liquidado em 2021.

26. Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Instrumentos financeiros	Nota	Categoria	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Bancos e outras reservas	5	Custo amortizado	47.547	8.046
Títulos e valores mobiliários	6	Designados ao valor justo	336.357	170.516
Contas a receber	7	Custo amortizado	36.415	164.098
Outros créditos	9	Custo amortizado	2.985	37.995
Passivo				
Depósitos	13	Custo amortizado	200.932	115.624
Contas a pagar	14	Custo amortizado	262.737	330.032
Outras obrigações	16	Custo amortizado	16.518	16.603

Todos os instrumentos financeiros mensurados a valor justo estão classificados nos Níveis 1 (Letras Financeiras do Tesouro) e 2 (Certificados de Depósitos Bancários) da hierarquia do valor justo, conforme nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

27. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Companhia possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos e Compliance: com objetivos de definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos discutidos nas reuniões do Comitê de Riscos e por fim, disseminar a cultura da gestão de riscos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se de fato estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de

capital da Companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

Como principais riscos que a Companhia está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de prazo de pagamento, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A Companhia possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nas reuniões do Comitê de Riscos que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

b) Risco de prazo de pagamento

O risco de prazo de pagamento é definido como a possibilidade de perdas associadas a falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais.

A natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia mitiga o risco de liquidez. Para clientes que possuam prazo de pagamento contratual, a Companhia tem como prática o estabelecimento de prazos comerciais de acordo com análises específicas.

c) Risco de liquidez e de patrimônio

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Companhia são monitorados diariamente pela Tesouraria e reportados à Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Companhia possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão. Os depósitos dos clientes ainda não utilizados em transações são mantidos em conta especial

ou títulos públicos federais, conforme disposto na Resolução BCB nº 80 de 25 de março de 2021.

O patrimônio líquido é monitorado mensalmente de maneira a manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios, sendo mantido no patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681/2013.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Hub podem ser encontradas no documento publicado em nosso site:

https://www.hubfintech.com.br/static/Pol%C3%ADtica%20Gerenciamento%20de%20Riscos%20de%20Liquidez%20-%20SITE-49649eb71cac313f4d0f9e6852a3defa.pdf

d) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - irão afetar os ganhos ou perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram projetados 3 cenários para a análise de sensibilidade. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do Selic para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2022 e foi definido como cenário provável. A partir dele, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do Selic para cada cenário, conforme segue:

	Impacto na receita financeira			
	Saldos em 31/12/2021	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Indexador		11,75%	8,81%	5,88%
Certificados de depósito bancário	10.715	1.259	944	630
Letras financeiras do tesouro	315.497	37.071	27.795	18.551
Letras do tesouro nacional	10.145	1.192	894	597

		Impacto na receita financeira			
	Saldos em 31/12/2020	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	
Indexador		3,50%	2,63%	1,75%	
Certificados de depósito bancário Letras financeiras do tesouro	5.750 164.766	201 5.767	151 4.334	101 2.883	

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

29. Outros assuntos

Resultado recorrente e não recorrente

	31/12/2021			31/12/2020		
	Resultado Não Recorrente	Resultado Recorrente	Total	Resultado Não Recorrente	Resultado Recorrente	Total
Receita operacional líquida	-	89.621	89.621	-	138.465	138.465
Despesas operacionais (1)	(5.230)	(135.180)	(140.410)	(12.968)	(141.859)	(154.827)
Resultado financeiro	-	9.876	9.876	-	3.420	3.420
Imposto de renda e contribuição social	-	(147)	(147)	-	(888)	(888)
Resultado do período	(5.230)	(35.830)	(41.060)	(12.968)	(862)	(13.830)

O resultado não recorrente se refere a baixa de software obsoleto (R\$ 5.230) e perdas de contas a receber (R\$ 12.968), conforme nota explicativa nº 23.

MEMBROS DA DIRETORIA

Cláudio Teruhiko Murasaki

Fabio Itiro Bonifácio Murakami

Geisa Diane da Silva **Contadora** CRC 1SP287476/O-0